

HABEAS CORPUS Nº 421.625 - SP (2017/0274564-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : GUILHERME PEREIRA NASCIMENTO
ADVOGADO : GUILHERME PEREIRA NASCIMENTO - SP269210
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE DROGAS. FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. IMPOSSIBILIDADE. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. PREJUDICADA A PRETENSÃO MANDAMENTAL. PERDA DO OBJETO.
Writ prejudicado.

DECISÃO

O presente *writ* – impetrado em benefício de **Henrique Oliveira da Silva**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou a ordem em *writ* ali impetrado, mantendo a prisão cautelar imposta (fls. 317/320 – *Habeas Corpus* n. 2168413-49.2017.8.26.0000), ratificada pelo o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Franca/SP, ao fundamento de garantia da ordem pública, na sentença que condenou o paciente às penas de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 500 dias-multa, em razão da prática do crime de tráfico de drogas (fls. 283/289 – Autos n. 0000085-15.2017.8.26.0608) – encontra-se prejudicado.

Aqui, o impetrante alega constrangimento ilegal consistente na fundamentação deficiente da manutenção da prisão preventiva, postulando, então, a revogação da medida extrema.

Ocorre que, em consulta ao endereço eletrônico do Tribunal estadual, verificou-se que a sentença condenatória já transitou em julgado (fl. 342).

Assim, prejudicado o presente *writ*, nos termos da jurisprudência desta Corte, segundo a qual, *constatado o trânsito em julgado da sentença*

condenatória, não há que se falar em custódia preventiva ou em suspensão da execução provisória da pena, mas em prisão decorrente de sentença penal condenatória transitada em julgado. Assim, resta sem objeto o pedido revogação da prisão preventiva com imposição de medidas cautelares alternativas (HC n. 427.339/RJ, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 8/3/2018)

Em razão disso, diante da superveniente perda do objeto, **julgo prejudicado** o presente *writ* (arts. 659 do CPP e 34, XI, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator